



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

## **Tutela Cautelar Antecedente** **0000276-49.2022.5.10.0004**

[PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI](#)

### **Processo Judicial Eletrônico**

**Data da Autuação:** 12/04/2022

**Valor da causa:** R\$ 1.000,00

**Partes:**

**REQUERENTE:** CLAUDIA AIRES BARBOSA

ADVOGADO: JACINTO DE SOUSA

**REQUERIDO:** SINDICATO DOS AUXILIARES E TECNICOS DE ENFERMAGEM DO  
DISTRITO FEDERAL

ADVOGADO: MARCOS VINICIUS ROQUE DA SILVA

ADVOGADO: DIENNER REIS ALMEIDA



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO  
4ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF  
**TutCautAnt 0000276-49.2022.5.10.0004**  
REQUERENTE: CLAUDIA AIRES BARBOSA  
REQUERIDO: SINDICATO DOS AUXILIARES E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM  
DO DISTRITO FEDERAL

### DECISÃO PJe

Por ser matéria de ordem pública, reconheço a existência de dependência em face de **conexão** com o processo TutCautAnt 0000304-84.2022.5.10.0014, que tramita na 14ª Vara do Trabalho de Brasília, como requerido pela parte reclamante, na petição inicial, nos termos dos artigos 54, 55 e 286, I, todos do Código de Processo Civil.

Estando o processo originário ainda pendente de julgamento, e para evitar o risco de prolação de decisões conflitantes, determino seja remetida aquela vara o presente feito, na forma determinada pelo § 1º do art. 55 do Código de Processo Civil.

BRASILIA/DF, 18 de abril de 2022.

KATARINA ROBERTA MOUSINHO DE MATOS BRANDAO  
Juíza do Trabalho Substituta



Assinado eletronicamente por: KATARINA ROBERTA MOUSINHO DE MATOS BRANDAO - Juntado em: 18/04/2022 11:56:11 - ca7a0e5  
<https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22041811554588600000030193147?instancia=1>  
Número do processo: 0000276-49.2022.5.10.0004  
Número do documento: 22041811554588600000030193147



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO  
14ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF  
**TutCautAnt 0000276-49.2022.5.10.0004**  
REQUERENTE: CLAUDIA AIRES BARBOSA  
REQUERIDO: SINDICATO DOS AUXILIARES E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM  
DO DISTRITO FEDERAL

### CONCLUSÃO

Conclusão ao(à) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho feita pelo servidor ANDRE LUIZ VIEIRA DE MELO em 19 de abril de 2022.

### DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Tutela Cautelar antecedente movida por **CLÁUDIA AIRES BARBOSA RIBEIRO** em desfavor da **SINDICATO DOS AUXILIARES E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM DO DISTRITO FEDERAL – SINDATE-DF** (COMISSÃO ELEITORAL), em que a autora postula liminarmente, sem intimação da parte contrária, a determinação para que a Comissão Eleitoral do SINDATE-DF aceite sua inscrição para concorrer ao Cargo almejado (Presidência) pela Chapa **RENOVAÇÃO: CUIDANDO DE QUEM CUIDA**, no pleito eleitoral convocado para a data de 02 de maio de 2022.

Afirmou, para tanto, que fez pedido de inscrição como representante da CHAPA **RENOVAÇÃO: CUIDANDO DE QUEM CUIDA**, para concorrer ao cargo de Presidente do SINDATE-DF e que Comissão o Eleitoral do SINDATE-DF, ao analisar os documentos da sua pre-candidatura decidiu pelo indeferimento de seu nome para concorrer à Presidente do Sindicato, ao argumento e fundamento de que a pré-candidata, ora autora, não atendeu as exigências e requisitos de elegibilidade, contido no artigo 29, “L”, do Regimento Interno, qual seja, descompatibilização do cargo de chefia ou de gestão de 06 meses antes da eleição. Alegou que o SINDATE-DF nunca anunciou quando seria a data provável da realização do pleito eleitoral 2022/2026 e que o ente sindical usou de fator surpresa para tirar do pleito candidatos concorrentes aos cargos de Direção. Alegou que essa manobra é comprovada pelo fato do candidato a Presidência do SINDATE-DF, para a Gestão 2022/2026, pela Chapa adversária (Experiência e Ação), ser o atual Presidente do Sindicato. Alegou que o artigo 56º, do Estatuto Social, afirma que as eleições do SINDATE-DF, mencionada no artigo 55º, serão realizadas dentro do prazo entre 60 (sessenta) e 15 (quinze) dias que antecedem o término dos mandatos vigentes, pelo que não há data certa para a realização o do

pleito eleitoral, mas sim uma grande incerteza sobre uma data, ainda que provável. Ressaltou que no Regimento Interno e no Estatuto não existe nenhuma exigência de comprovação da desincompatibilização do candidato, nem mesmo autodeclaração. Alegou que não se sabe quando será o fim do mandato da atual Gestão da entidade, uma vez que houve Posse da Diretoria do SINDATE-DF em 22/06/2015, para cumprir mandato até 22/06/2019 (doc. anexo), e não houve eleição para Diretoria no ano de 2019, para mandato no período de 2019/2023 (04 anos). Alegou que está há mais de 04 meses afastada do cargo comissionado (desde 02/12/2021), e ainda foi considerada inelegível, ao passo que o Deputado Distrital, cumprindo mandato, encontra-se elegível segundo a decisão da Comissão Eleitoral do SINDATE-DF.

A autora apresentou aditamento à petição inicial (id.8432633).

Pois bem.

Registre-se, de início, que para a concessão da tutela provisória de urgência, faz-se necessária a observância dos requisitos legais elencados pelo art. 300, *caput*, do CPC/2015 (juízo de probabilidade e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo).

Compulsando os autos, observo que os atuais dirigentes do sindicato tinham mandato para o quadriênio 2015/2019 (doc. ID.ad43d9b), sendo que possivelmente em razão da pandemia COVID/19, não ocorreram as eleições para novos dirigentes nos anos de 2019, 2020 e 2021.

Logo, diante desse contexto excepcional, os eventuais candidatos interessados na eleição sindical não tinham como prever quando seriam designadas as novas eleições sindicais, pelo que a exigência de desvinculação 06 meses antes do pleito eleitoral somente faria sentido se a Comissão Eleitoral do sindicato requerido tivesse dado publicidade quanto ao pleito eleitoral com mais de seis meses (o que não ocorreu), de modo a oportunizar aos interessados o atendimento da cláusula 29, L, do Regimento interno do sindicato requerido.

Deste modo, entendo que estão presentes os requisitos para a concessão da tutela provisória de urgência elencados pelo art. 300, *caput*, do CPC/2015 (juízo de probabilidade e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo), pelo **defiro** o pedido liminar para determinar a Comissão eleitoral do Sindicato/requerido **defira** o pedido de inscrição da autora a fim de que esta possa concorrer ao cargo almejado pela chapa RENOVAÇÃO: CUIDANDO DE QUEM CUIDA, no pleito eleitoral convocado para a data de 02 de maio de 2022.

Intime-se a requerente da presente decisão, via Dje.

Intime-se o Sindicato/requerido por Oficial de Justiça, com a urgência que o caso requer, a fim de dar cumprimento a presente decisão liminar e para querendo, manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias, conforme o disposto no art. 306 do CPC.

No mais, intime-se a Autora, por intermédio de seu procurador, via DEJT, para fins do disposto no art. 308 do CPC/2015, no sentido de ajuizar reclamação perante este Juízo, no prazo de 30 dias, sob pena de ser extinto o processo sem resolução do mérito.

Por fim, a fim de evitar decisões conflitantes, nos termos dos artigos 54, 55 e 286, I, todos do Código de Processo Civil, reconheço a conexão deste processo, com o processo TutCautAnt nº 0000304-84.2022.5.10.0014, em trâmite nesse Juízo, devendo a Secretaria da Vara Inçar alertas nos dois processos.

Após manifestação ou decorrido o prazo, retornem os autos conclusos.

Publique-se.

BRASILIA/DF, 20 de abril de 2022.

IDALIA ROSA DA SILVA  
Juíza do Trabalho Titular



Assinado eletronicamente por: IDALIA ROSA DA SILVA - Juntado em: 20/04/2022 17:09:14 - 1e76cdb  
<https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22041910123449800000030211439?instancia=1>  
Número do processo: 0000276-49.2022.5.10.0004  
Número do documento: 22041910123449800000030211439



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO  
14ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF  
**TutCautAnt 0000276-49.2022.5.10.0004**  
REQUERENTE: CLAUDIA AIRES BARBOSA  
REQUERIDO: SINDICATO DOS AUXILIARES E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM  
DO DISTRITO FEDERAL

### CONCLUSÃO

Conclusão ao(à) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho feita pelo servidor ANDRE LUIZ VIEIRA DE MELO em 26 de abril de 2022.

### DESPACHO

Vistos.

Trata-se de Tutela Cautelar antecedente movida por **CLÁUDIA AIRES BARBOSA RIBEIRO** em desfavor da **SINDICATO DOS AUXILIARES E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM DO DISTRITO FEDERAL – SINDATE-DF (COMISSÃO ELEITORAL)**, em que a autora postula liminarmente, sem intimar a parte contrária, para determinar que a Comissão Eleitoral do SINDATE-DF aceite sua inscrição para concorrer ao Cargo almejado (Presidência) pela Chapa **RENOVAÇÃO: CUIDANDO DE QUEM CUIDA**, no pleito eleitoral convocado para a data de 02 de maio de 2022.

Na decisão de id.ca7a0e5, restou deferido o pedido liminar.

Em defesa apresentada, com documentos, o SINDATE-DF requereu a suspensão do pedido liminar alegando, em síntese, que a posse da Diretoria Executiva para o quadriênio 2018/2022 ocorreu no dia 29/06/2018, conforme documentos juntados, e não no dia 22/06/2015 como afirmou de má-fé a Requerente, o que afasta a alegação de fator surpresa consoante alegado.

Deste modo, ante a relevância da alegação aviada pelo Sindicato /Requerido, com documentos, **intime-se a autora** para apresentar manifestação que entender de direito acerca do pedido de suspensão do pedido liminar e sobre os documentos juntados (anexos) na petição de id.bd39c05. **Prazo 02 dias.**

Após manifestação ou decorrido o prazo, retornem os autos conclusos.

Nada mais.

BRASILIA/DF, 26 de abril de 2022.

IDALIA ROSA DA SILVA  
Juíza do Trabalho Titular



Assinado eletronicamente por: IDALIA ROSA DA SILVA - Juntado em: 26/04/2022 17:16:16 - 08667ef  
<https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22042615222818600000030302612?instancia=1>  
Número do processo: 0000276-49.2022.5.10.0004  
Número do documento: 22042615222818600000030302612



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO  
14ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF  
**TutCautAnt 0000276-49.2022.5.10.0004**  
REQUERENTE: CLAUDIA AIRES BARBOSA  
REQUERIDO: SINDICATO DOS AUXILIARES E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM  
DO DISTRITO FEDERAL

### CONCLUSÃO

Conclusão ao(à) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho feita pelo servidor ANDRE LUIZ VIEIRA DE MELO em 29 de abril de 2022.

### DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Tutela Cautelar antecedente movida por **CLÁUDIA AIRES BARBOSA RIBEIRO** em desfavor da **SINDICATO DOS AUXILIARES E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM DO DISTRITO FEDERAL – SINDATE-DF** (COMISSÃO ELEITORAL), em que a autora postula liminarmente, sem intimar a parte contrária, para determinar que a Comissão Eleitoral do SINDATE-DF aceite sua inscrição para concorrer ao Cargo almejado (Presidência) pela Chapa **RENOVAÇÃO: CUIDANDO DE QUEM CUIDA**, no pleito eleitoral convocado para a data de 02 de maio de 2022.

Na decisão de id.e76cdb, restou deferido o pedido liminar, com base na declaração da requerente no sentido de que não se sabia quando será o fim do mandato da atual Gestão da entidade, uma vez que houve Posse da Diretoria do SINDATE-DF em 22/06/2015, para cumprir mandato até 22/06/2019 (doc. anexo), e não houve eleição para Diretoria no ano de 2019, para mandato no período de 2019/2023 (04 anos).

Em defesa apresentada, com documentos, o SINDATE-DF requereu a suspensão do pedido liminar alegando, em síntese, que a posse da atual Diretoria Executiva para o quadriênio 2018/2022 ocorreu no dia 29/06/2018, conforme documentos juntados, e não no dia 22/06/2015 como afirmou de má-fé a Requerente, o que afasta a alegação de fator surpresa consoante alegado. Alegou que a medida se faz necessária dado que o pleito eleitoral está convocado para a data de 02 de maio de 2022.



No despacho de id.08667ef restou determinado, ante a relevância da alegação aviada pelo Sindicato, que a autora apresentasse manifestação que entendesse de direito acerca do pedido de suspensão do pedido liminar e sobre os documentos juntados (anexos).

Em réplica apresenta, a parte autora destacou que os documentos juntados aos autos com a defesa mostra e esclarece que houve uma posse da Diretoria em 28 de junho de 2018, mas não informa quando seria a data da próxima votação para o eleger a Diretoria 2022/2026. Alegou a autora/candidata que nunca teve conhecimento de quando seria a provável data da eleição, pois o SINDATE-DF nunca anunciou quando seria, a data da realização do pleito eleitoral 2022/2026. Alegou que o prazo estabelecido pelo artigo 56 do Estatuto para realização das eleições (entre 60 e 15 dias que antecedem o término do mandato) é genérico e não permite que a sindicalizada/autora saiba quando será a eleição para averiguar suas condições pessoais para atender todos os requisitos legais, dentre eles a regra do artigo 29, "I", do Regimento Interno, e concorrer ao pleito, pelo que requereu seja mantida a liminar deferida.

Pois bem.

Tendo em vista que o pleito eleitoral está previsto para a data de 02 de maio de 2022, passo ao exame do pedido de suspensão/revogação da liminar deferida.

Compulsando a documentação juntada aos autos, observo que o Sindicato/requerido comprovou que ocorreu a posse da atual Diretoria Executiva e Conselho Fiscal do SINDATE-DF ocorreu no dia 29/06/2018, para o exercício do mandato com vigência no período de 29/06/2018 a 29/06/2022 (id. bd11be7).

Somado a isso, o Edital de Assembleia Geral para eleição da Comissão Eleitoral referente ao processo eleitoral para o quadriênio 2018/2022 e Ata de Posse de 2018, constantes do *print* colacionados em defesa (com demonstração de que ambos os documentos registrados em cartório) revelam que os atos relacionados à eleição de 2018/2022 foram públicos e do conhecimento de todos os sindicalizados, não se revelando crível que a requerente não tivesse conhecimento de tais fatos.

Diante do quadro apresentado, cai por terra alegação da autora de que " *não se sabe quando será o fim do mandato da atual Gestão da entidade, uma vez que houve Posse da Diretoria do SINDATE-DF em 22/06/2015, para cumprir mandato até 22/06/2019 (doc. anexo), e não houve eleição o para Diretoria no ano de 2019, para mandato no período de 2019/2023 (04 anos)*" dado que os atos relacionados à eleição de 2018/2022 foram públicos e do conhecimento de todos os sindicalizados,

sendo visível que as alegações e documento anexada na inicial levaram esse Juízo a erro.

Por evidente, a requerente omitiu dolosamente referidos fatos acerca da eleição da atual diretoria ocorrida em 2018, visando induzir em erro o Juízo.

Por outro viés, assinalo que o art. 29, I do Regimento Interno do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal preconiza que o candidato que estiver exercendo cargo de gestão ou de chefia deve promover sua desincompatibilização do cargo de chefia ou de gestão de 06 meses antes da eleição, ao passo que o artigo 56º, do Estatuto Social, afirma que as eleições do SINDATE-DF, mencionada no artigo 55º, serão realizadas dentro do prazo entre 60 (sessenta) e 15 (quinze) dias que antecedem o término dos mandatos vigentes.

Logo, diante desse contexto, entendo que a autora como eventual candidata na eleição sindical tinha sim como prever quando seria designada as novas eleições sindicais, bem como que o sindicato/requerido adotou os procedimentos relativos ao processo eleitoral de acordo com os seus regulamentos, pelo que se mostrou correta a decisão da Comissão Eleitoral do sindicato, que com fulcro na regra contida na cláusula 29, L, do Regimento interno do sindicato requerido, inadmitiu o nome da autora para concorrer à Presidente do Sindicato.

Assim sendo, revogo a decisão liminar anteriormente proferida (ID. 1e76cdb) para **indeferir o pedido liminar**, ante as razões expostas na presente decisão.

Intime-se tanto a autora, como o Sindicato/Requerido, por Oficial de Justiça, com a máxima urgência, acerca da revogação da liminar anteriormente deferida, bem como do indeferimento do pedido liminar pontuado na presente decisão.

Após manifestação ou decorrido o prazo, retornem os autos conclusos.

Publique-se

BRASILIA/DF, 29 de abril de 2022.

IDALIA ROSA DA SILVA  
Juíza do Trabalho Titular



Assinado eletronicamente por: IDALIA ROSA DA SILVA - Juntado em: 29/04/2022 17:52:20 - 4d27cdc  
<https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22042917233259300000030360699?instancia=1>  
Número do processo: 0000276-49.2022.5.10.0004  
Número do documento: 22042917233259300000030360699

# SUMÁRIO

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
ca7a0e5	18/04/2022 11:56	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
1e76cdb	20/04/2022 17:09	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
08667ef	26/04/2022 17:16	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
4d27cdc	29/04/2022 17:52	<a href="#">Decisão</a>	Decisão